



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO ELETRÔNICO TC 03417/19

Pág.1/2

ADMINISTRAÇÃO DIRETA MUNICIPAL – PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO – PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2019 - ANÁLISE PRELIMINAR DA AUDITORIA PELA NOTIFICAÇÃO DO GESTOR PARA ESCLARECIMENTOS DAS FALHAS NOTICIADAS COM PEDIDO DE CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR.

INOCORRÊNCIA DA FUMAÇA DO BOM DIREITO REQUISITADA NO ARTIGO 300 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E ARTIGO 195 DO REGIMENTO INTERNO DESTA TRIBUNAL PARA CONCESSÃO DA MEDIDA CAUTELAR - NEGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR – PROSSEGUIMENTO DO FEITO NO RITO ORDINÁRIO.

DECISÃO SINGULAR DS1 TC 00068 / 2019

RELATÓRIO

Cuidam estes autos de análise do **PREGÃO PRESENCIAL n.º 01/2019**, realizado pela Prefeitura Municipal de **AMPARO**, objetivando **aquisição de combustíveis, lubrificantes e GLP (gás de cozinha)** junto a empresa **ATG RAFAEL EPP – POSTO BEIRA RIO**, no valor homologado de **R\$ 956.400,00**.

A Auditoria analisou a matéria, fls. 64/69, indicando as seguintes irregularidades:

- a) Ausência de ampla pesquisa de mercado, contrariamente à lei e às normas vigentes;
- b) Não consta o valor estimado de contratação, na medida em que não figura no edital e nos anexos orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, descumprindo a Lei Geral de Licitações (Art. 40, § 2º, “II”);
- c) O edital não foi publicado de acordo com o artigo 4º, inciso “I” da Lei 10.520/2002, na medida em que a única publicidade dada (fl. 59) operou-se por meio de Diário Oficial do Estado – e não, conforme preconizado pela lei, em “diário oficial do respectivo ente federado (Cabaceira) ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o **vulto** da licitação, em jornal de grande circulação”;
- d) Ausência de extrata da publicação da contratação, art. 38, XI, Lei 8666/93 c/c art. 15 do Decreto n.º 7.892/2013 (fls. 60);
- e) Atraso de **18 dias** no envio dos documentos complementares de licitação, os quais deveriam ter sido enviados até 10/02/2019 e, no entanto, somente foram remetidos a este Tribunal de Contas em 28/02/2019 – configurando-se, com isso, a inobservância da Resolução Normativa RN-TC nº 09/2016 (Art. 5º c/c Art. 6º);
- f) Publicidade insatisfatória do procedimento licitatório, gerando baixa competitividade entre as empresas;
- g) Desconformidade na ausência de justificativa das quantidades a serem adquiridas, em afronta ao art. 15, §7º, II;
- h) Valores estimados e contratados em patamar substancialmente superior aos valores de mercado.

Ao final, entendeu pela notificação da autoridade responsável, em relação às falhas antes indicadas, além de sugerir ao Relator a emissão de **MEDIDA CAUTELAR** suspendendo o processamento de despesas com o licitante vencedor, até que sejam saneadas as eivas apontadas e prestados os esclarecimentos necessários.

É o Relatório.

DECISÃO DO RELATOR

1. Nos termos do Regimento Interno deste Tribunal, no seu Título VIII, Capítulo I: “**Art. 195.** No início ou no curso de qualquer apuração, o Tribunal, de ofício ou a requerimento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas poderá solicitar a quem de direito, cautelarmente, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 18, de 13 de julho de 1993, o afastamento temporário do responsável, se existirem indícios suficientes de que, prosseguindo no exercício de suas funções, possa retardar ou dificultar a realização de auditoria ou inspeção, causar novos danos ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO ELETRÔNICO TC 03417/19

Pág.2/2

Erário ou inviabilizar o seu ressarcimento. § 1º. Poderá, ainda, o Relator ou o Tribunal determinar, cautelarmente, em processos sujeitos à sua apreciação ou julgamento, a suspensão de procedimentos ou execução de despesas, até decisão final, se existentes indícios de irregularidades que, com o perigo da demora, possa causar danos ao erário”.

2. Como se vê, o Regimento Interno do Tribunal trata de procedimento de emissão de Medida Cautelar de forma bastante resumida, daí porque os Relatores lançam mão, subsidiariamente, do que prevê a respeito o Código de Processo Civil e assim o fazem, autorizados pelo multifalado Regimento Interno, no seu artigo 252.
3. Com efeito, concede-se, cautelarmente, a suspensão de relações jurídicas até o julgamento do mérito, desde que presentes o *periculum in mora* e o *fumus boni juris*, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil.
4. Analisando-se o presente caderno processual para pleno entendimento da matéria, é de se destacar que em consulta ao SAGRES 2019 (atualizado até 24 de abril de 2019), verificou-se que houve pagamentos, no presente exercício, ao licitante vencedor **ATG RAFAEL EPP – POSTO BEIRA RIO**, na ordem de **R\$ 252.759,85** com aquisição de combustíveis, derivados e gás de cozinha GLP, mas que não se tem notícias dos valores unitários efetivamente realizados, o que poderá ser apresentado numa possível defesa. Além do mais, em consulta ao SAGRES 2018, para efeito de comparativo histórico, o gasto total com tais materiais de consumo perfez o montante de **R\$ 791.365,62** e o procedimento licitatório que o acobertou apresentou como valor homologado de **R\$ 857.550,00** (Pregão Presencial n.º 01/2018 – mesmo credor), mostrando-se plenamente possível que o valor da licitação ora questionada não necessariamente será integralmente “utilizado”, bem assim que o valor homologado do procedimento licitatório ora debatido (R\$ 956.400,00) mantém-se dentro dos gastos já executados no exercício anterior (2018), cabendo, assim, análises futuras acerca dos novos elementos que poderão ser adicionados aos autos, ainda neste exercício (2019);
5. Ademais, não se pode olvidar que o objeto da licitação aqui noticiado, qual seja, **fornecimento de combustíveis e derivados de petróleo**, influencia diretamente a prestação de serviços essenciais à população da municipalidade, como saúde e educação, sendo descabida a interrupção do fornecimento destes, diante do cenário aqui noticiado.
6. Ante o exposto, tal panorama remete à inexistência da urgência urgentíssima requerida para o trato da matéria, bem assim do amparo legal para expedição da medida preventiva pleiteada.
7. Por todo o exposto, **NEGO** a emissão da medida cautelar requerida pela Unidade Técnica de Instrução, à míngua dos pressupostos plenos e irrefutáveis para a concessão da medida excepcional, determinando-se o prosseguimento normal do trâmite destes autos, pelo rito ordinário, todavia, determino a **CITAÇÃO** do atual **Prefeito Municipal de AMPARO, Senhor INÁCIO LUIZ NÓBREGA DA SILVA**, para se contrapor às conclusões da Unidade Técnica de Instrução, conforme relatório de fls. 64/69.
8. Publique-se.

Gabinete do Relator
João Pessoa, 29 de abril de 2019.

Assinado 29 de Abril de 2019 às 16:13



Cons. Marcos Antonio da Costa

RELATOR